

Luciano Ferraz
Marciano Seabra de Godoi
Werther Botelho Spagnol

CURSO DE DIREITO
FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

3ª edição revista, atualizada e ampliada

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

© 2014 Editora Fórum Ltda.
2017 2ª edição
2020 3ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1162630

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F382c	Ferraz, Luciano Curso de direito financeiro e tributário / Luciano Ferraz, Marciano Seabra de Godoi, Werther Botelho Spagnol. – 3. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2020. 667p. ISBN: 978-85-450-0750-0 1. Direito financeiro. 2. Direito tributário. I. Godoi, Marciano Seabra de. II. Spagnol, Werther Botelho III. Título. CDD: 341.38 CDU: 347.73
-------	--

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. *Curso de direito financeiro e tributário*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 667p. ISBN 978-85-450-0750-0.

SUMÁRIO

NOTA DA TERCEIRA EDIÇÃO.....	21
APRESENTAÇÃO.....	23

PARTE I
DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1

ESTADO E ATIVIDADE FINANCEIRA	27
1.1 Estado e finanças públicas.....	27
1.2 Perspectiva histórica da atividade financeira do Estado	29
1.3 Aspectos gerais das finanças públicas brasileiras – Evolução recente e situação atual	33
1.3.1 Trajetória histórica da carga tributária brasileira e comparações internacionais....	33
1.3.2 Composição da carga tributária brasileira segundo as bases de incidência. Comparação internacional	36
1.3.3 Divisão da carga tributária entre os entes federativos – Antes e depois das transferências intergovernamentais. Influência da Constituição de 1988 e da guerra fiscal (ICMS) entre os estados	37
1.3.4 Composição da carga tributária por espécies de tributo (contribuições × impostos).....	39
1.3.5 Endividamento do Estado brasileiro e pagamento de juros. Evolução recente e sua relação com as metas de superávit primário e o aumento da carga tributária. Comparações internacionais	40
1.3.6 Perfil dos gastos públicos brasileiros e sua evolução recente	44
1.3.7 As finanças públicas pós-1988 e sua contribuição para a persecução dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da Constituição).....	50
1.4 Situação atual das finanças públicas e a Emenda Constitucional nº 95/2016	53
1.4.1 Finanças públicas brasileiras nos anos 2017-2019 e (preocupantes) perspectivas futuras	57
1.5 Panorama histórico dos programas brasileiros de privatização e desestatização...	62
1.6 Parcerias público-privadas: investimentos no Brasil e no mundo	67

CAPÍTULO 2

DIREITO FINANCEIRO. VISÃO GERAL.....	71
2.1 Direito financeiro e Constituição.....	72
2.1.1 Federalismo cooperativo e competências para legislar sobre direito financeiro	72
2.2 Direito financeiro e legislação infraconstitucional.....	73

2.2.1	Lei nº 4.320/1964.....	73
2.2.2	Lei de Responsabilidade Fiscal.....	74
2.2.2.1	A Lei de Responsabilidade Fiscal sob o crivo de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.....	75
2.3	Princípios do direito financeiro	78
2.3.1	Princípio da legalidade	78
2.3.2	Princípio da economicidade.....	80
2.3.3	Princípio da transparência.....	80
2.3.4	Princípio da gestão fiscal responsável.....	82

CAPÍTULO 3

	DESPESAS PÚBLICAS	83
3.1	Considerações gerais.....	83
3.2	Classificações.....	84
3.2.1	Despesas ordinárias e extraordinárias.....	84
3.2.2	Despesas orçamentárias e extraorçamentárias.....	84
3.2.3	Despesas correntes e despesas de capital.....	85
3.2.3.1	Despesas correntes	85
3.2.3.2	Despesas de capital.....	87
3.2.4	Despesas obrigatórias e despesas discricionárias	89
3.3	Estágios da despesa pública.....	90
3.3.1	Empenho	91
3.3.2	Liquidação	93
3.3.3	Ordenamento	94
3.3.4	Pagamento	96
3.3.4.1	Regime de adiantamento de despesa	97
3.4	Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	98
3.4.1	Requisitos para geração de despesas.....	99
3.4.1.1	Criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.....	100
3.4.1.2	Despesas obrigatórias de caráter continuado.....	103
3.4.2	Despesas de pessoal	103
3.4.2.1	Conceito de despesa com pessoal	104
3.4.2.2	Limites globais e específicos de gasto com pessoal.....	105
3.4.2.3	Respeito aos limites com despesa de pessoal	108
3.4.2.4	Situação atual quanto ao respeito aos limites com despesa de pessoal no âmbito dos estados, dos municípios e da União	109
3.4.3	Despesas com seguridade social – Art. 24 da LRF.....	112
3.4.4	Transferência voluntária – Art. 25 da LRF	113
3.4.5	Destinação de recursos públicos para o setor privado – Art. 26 da LRF	115

CAPÍTULO 4

	RECEITAS PÚBLICAS	117
--	-------------------------	-----

4.1	Considerações gerais.....	117
4.2	Evolução histórica e métodos de obtenção das receitas públicas.....	118
4.3	Classificações.....	119
4.3.1	Receitas originárias e derivadas.....	119
4.3.2	Ingressos e receitas públicas.....	120
4.3.3	Classificação legal das receitas públicas – Lei nº 4.320/1964.....	121
4.3.3.1	Receitas orçamentárias e extraorçamentárias.....	121
4.3.3.2	Receitas correntes e receitas de capital.....	122
4.4	Estágios da receita pública.....	123
4.4.1	Previsão.....	123
4.4.2	Lançamento.....	124
4.4.3	Arrecadação (recolhimento).....	124
4.5	Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	125
4.6	Repartição das receitas tributárias entre os entes federativos.....	128
4.6.1	Repartição das receitas tributárias da União em prol dos estados e Distrito Federal.....	130
4.6.1.1	Imposto sobre a renda retido na fonte.....	130
4.6.1.2	Imposto residual de competência federal.....	131
4.6.1.3	IPI – Exportação.....	131
4.6.1.4	Cide Combustíveis.....	132
4.6.1.5	IOF Ouro.....	133
4.6.1.6	Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE).....	133
4.6.2	Repartição das receitas tributárias da União em prol dos municípios.....	139
4.6.2.1	Imposto sobre a renda retido na fonte.....	139
4.6.2.2	Imposto territorial rural.....	139
4.6.2.3	IOF Ouro.....	141
4.6.2.4	Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	141
4.6.2.4.1	FPM Capitais.....	142
4.6.2.4.2	FPM Interior.....	143
4.6.2.4.3	FPM Reserva.....	144
4.6.3	Repartição das receitas tributárias dos estados em prol de seus municípios.....	145
4.6.3.1	Cotas-partes do ICMS.....	145
4.6.3.2	Repartição da parcela do IPI recebida pelos estados.....	149
4.6.3.3	Repartição do IPVA.....	149
4.6.3.4	Repartição da Cide Combustíveis.....	149
4.6.4	Fundos de desenvolvimento regional.....	150
4.6.5	Fundeb e cotas da contribuição do salário-educação.....	150
4.6.6	Demais regras constitucionais sobre o tema.....	153
4.7	Participações governamentais e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.....	153
4.7.1	Previsão constitucional e natureza jurídica.....	154
4.7.1.1	Nova redação do art. 20, §1º da CF (EC nº 102/2019).....	155

4.7.2	Espécies de participação no resultado da exploração de recursos naturais	157
4.7.3	Exploração e produção de petróleo e gás natural – Regime regulador misto. Regime de concessão e regime de partilha da produção.....	158
4.7.4	Participações governamentais na exploração de petróleo e gás natural	159
4.7.4.1	Bônus de assinatura.....	160
4.7.4.1.1	Valores arrecadados no leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal (2019) e sua divisão federativa	161
4.7.4.2	Pagamentos pela ocupação/retenção de área	163
4.7.4.3	<i>Royalties</i> nos contratos sob o regime de concessão. Base de cálculo e alíquota, divisão de sua arrecadação entre os entes federativos e restrições quanto à sua destinação	163
4.7.4.4	Nova regra de destinação obrigatória dos <i>royalties</i> para a educação pública e para a saúde (Lei nº 12.858/2013).....	166
4.7.4.5	Participações especiais. Normas de apuração e divisão de sua arrecadação entre os entes federativos	166
4.7.4.6	As distorções da divisão dos <i>royalties</i> segundo as Leis nº 7.990 e nº 9.478 e seu agravamento com a exploração dos recursos do pré-sal	168
4.7.4.7	Nova divisão dos <i>royalties</i> e participações especiais entre os entes federativos (Lei nº 12.734/2012). Veto presidencial derrubado no Congresso e medida cautelar monocrática deferida pelo Supremo Tribunal Federal, suspendendo os efeitos da nova divisão.....	171
4.7.4.8	<i>Royalties</i> nos contratos de partilha da produção. Vácuo legislativo atual quanto às regras para sua divisão entre os entes federativos.....	173
4.7.5	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM)	174
4.7.5.1	Período anterior à Lei nº 13.540/2017	174
4.7.5.2	Regramento após a Lei nº 13.540/2017.....	176
4.7.6	MG e PA: “Se não conseguimos aumentar a CFEM... criamos taxas em seu lugar”	177
4.7.7	RJ: “Se escasseiam os <i>royalties</i> e participações especiais... criamos taxas em seu lugar”	180

CAPÍTULO 5

CRÉDITO PÚBLICO.....	183	
5.1	Considerações gerais.....	183
5.2	Sistema de crédito público	184
5.3	Crédito público no Brasil.....	186
5.4	Considerações sobre endividamento público e classificação da dívida pública....	188
5.4.1	Dívida fundada e dívida flutuante.....	188
5.4.1.1	Dívida fundada	188
5.4.1.1.1	Precatórios judiciais.....	189
5.4.1.2	Dívida flutuante.....	193
5.4.1.2.1	Restos a pagar	194
5.4.1.2.2	Serviços da dívida a pagar	196
5.4.1.2.3	Depósitos e débitos de tesouraria	196
5.4.2	Dívida mobiliária e dívida contratual	196

5.4.3	Dívida interna e dívida externa.....	197
5.5	Crédito público na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	199
5.6	Situação atual da dívida dos estados perante a União Federal	203
5.7	Situação atual da dívida pública da União Federal.....	204
5.8	Situação atual do endividamento dos municípios.....	205

CAPÍTULO 6

ORÇAMENTO PÚBLICO.....	207	
6.1	Considerações gerais.....	207
6.2	Leis orçamentárias.....	209
6.2.1	Natureza jurídica	210
6.2.1.1	Orçamento autorizativo e orçamento impositivo	213
6.2.1.2	Emendas individuais impositivas com transferência especial ou com finalidade definida (art. 166-A da Constituição – EC nº 105/2019)	216
6.2.2	Plano Plurianual (PPA).....	217
6.2.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	218
6.2.4	Lei Orçamentária Anual (LOA)	220
6.2.4.1	Elaboração da lei orçamentária.....	222
6.2.4.1.1	Veto absoluto impeditivo de despesas autorizadas no orçamento	223
6.3	Princípios orçamentários	224
6.3.1	Princípio da unidade.....	224
6.3.1.1	Fundos especiais	226
6.3.2	Princípio da universalidade	228
6.3.3	Princípio da exclusividade	228
6.3.4	Princípio da anualidade.....	229
6.3.5	Princípio da vedação de estorno	230
6.3.6	Princípio da programação	231
6.3.7	Princípio da clareza	231
6.3.8	Princípio da publicidade	232
6.3.9	Princípio do equilíbrio orçamentário.....	232
6.3.10	Princípio da não afetação.....	233
6.3.10.1	Repartição do produto de arrecadação de impostos.....	234
6.3.10.2	Ações e serviços públicos de saúde	234
6.3.10.3	Manutenção e desenvolvimento do ensino	236
6.3.10.4	Realização de atividades da administração tributária	237
6.3.10.5	Prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita.....	238
6.3.10.6	Prestação de garantia ou contragarantia à União por parte dos estados e municípios	238
6.3.10.7	Programa de apoio à inclusão e promoção pessoal.....	239
6.3.10.8	Fundo estadual de fomento à cultura.....	239
6.3.10.9	Desvinculação da Receita da União (DRU) – Da ECR nº 1/1994 à EC nº 68/2011 ...	239

6.3.10.10	Desvinculação da receita da União, estados e municípios – A EC nº 93/2016 e o avanço do processo de perda de identidade constitucional das espécies tributárias.....	240
6.3.10.11	A chamada PEC dos Fundos (PEC nº 187/2019) e o desvelamento das reais intenções que sempre estiveram por detrás da criação de diversas Cides.....	243
6.3.10.12	Exclusão das contribuições sociais de seguridade social da DRU (Desvinculação de Receitas da União) pela EC nº 103/2019	245
6.4	Novas vedações orçamentárias instituídas pela Reforma da Previdência (EC nº 103/2019).....	246
6.5	A regra de ouro do art. 167, III da Constituição em tempos de déficit primário crônico (2015-2019)	246

CAPÍTULO 7

CONTROLE EXTERNO E INTERNO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....		249
7.1	Considerações gerais.....	249
7.2	Controle das finanças públicas – Perspectiva histórica.....	250
7.3	Controle das finanças públicas na Constituição de 1988.....	250
7.3.1	Controle externo	251
7.3.1.1	Controle parlamentar indireto ou colaborado	252
7.3.1.2	Controle pelo Tribunal de Contas.....	254
7.3.1.2.1	Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais dos chefes do Executivo.....	255
7.3.1.2.2	Julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos (art. 71, II, CR/88).....	257
7.3.1.2.3	Registro de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão	273
7.3.1.2.4	Inspecções e auditorias de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	274
7.3.1.2.5	Outras atribuições.....	276
7.3.1.2.6	Controle interno.....	280

PARTE II DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1		
DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E PODER DE TRIBUTAR		293
1.1	Justificativa atual do poder de tributar	293
1.2	Apontamentos introdutórios à definição legal de tributo	295
1.3	Definição legal de tributo	299
1.4	Direito tributário e autonomia científica.....	299

CAPÍTULO 2

DIVISÃO DO TRIBUTO EM ESPÉCIES.....		303
2.1	Apontamentos para a divisão do tributo em espécies	303

2.2	A insuficiência do fato gerador como baliza única para a divisão do tributo em espécies.....	306
2.2.1	A legitimidade do poder de tributar na conjuntura do Estado Democrático de Direito e a importância da destinação constitucional	306
2.2.2	A importância assumida pela destinação constitucional do produto da arrecadação.....	307
2.3	Interdependência entre ingressos e gastos públicos – Noção básica para a definição das espécies tributárias.....	307
2.4	As funções constitucionais específicas dos tributos	310
2.4.1	Os distintos objetivos buscados pelo legislador com a imposição dos tributos.....	311
2.5	Redução do tributo a espécies	311
2.5.1	A identificação da espécie por meio da análise da norma tributária.....	317

CAPÍTULO 3

	PERFIL GENÉRICO DOS TRIBUTOS EM ESPÉCIE	325
3.1	Impostos.....	325
3.1.1	Impostos diretos e indiretos.....	326
3.2	Taxas	327
3.2.1	Taxas de serviço e taxas de polícia	329
3.2.2	Principais aspectos do regime jurídico das taxas segundo a jurisprudência do STF	330
3.2.2.1	O imbróglio sobre a constitucionalidade ou não da taxa de prevenção e combate a incêndios na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	335
3.2.3	Taxa e preço público.....	337
3.2.4	Relevância quantitativa das taxas no âmbito das receitas tributárias atuais dos entes federativos brasileiros. As recentes taxas de controle, fiscalização e monitoramento de atividades mineradoras e petrolíferas	340
3.2.5	A EC nº 93/2016 e a desvinculação orçamentária de recursos relacionados à arrecadação das taxas.....	343
3.3	Contribuições de melhoria	344
3.4	Empréstimos compulsórios.....	345
3.5	Contribuições especiais.....	346
3.5.1	Contribuições sociais.....	346
3.5.1.1	Contribuições sociais stricto sensu.....	346
3.5.1.1.1	A reforma constitucional da previdência social de 2019 (EC nº 103/2019) e as alterações promovidas nos artigos da Constituição que tratam das contribuições previdenciárias.....	350
3.5.1.1.2	A chamada contribuição do Funrural e o erro cometido pelo STF no julgamento do RE nº 718.874.....	358
3.5.1.2	O problema das contribuições sociais lato sensu (contribuições sociais gerais)	362
3.5.2	Contribuições interventivas	366
3.5.3	Contribuições corporativas	369
3.5.3.1	Contribuição sindical	370
3.5.4	Contribuição de iluminação pública.....	372

TÍTULO II

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO 1

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA		375
1.1	Características da competência tributária	375
1.2	Outorga e repartição das competências tributárias	376
1.3	Regras para o exercício das competências tributárias	378
1.4	Observância da lei complementar de normas gerais como condição prévia ao exercício da competência tributária	379

CAPÍTULO 2

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR.....		383
2.1	Limitações constitucionais do poder de tributar no direito brasileiro. Plano de estudo	383
2.2	Legalidade e tipicidade	384
2.2.1	Art. 150, §6º, da Constituição – Uma limitação ao poder de não tributar	388
2.2.2	A legalidade nos impostos regulatórios	389
2.2.3	Legalidade tributária e medidas provisórias	390
2.2.4	Legalidade e instituição de tributo por emenda constitucional	391
2.2.5	Legalidade e definição do prazo de vencimento da obrigação tributária	392
2.2.6	Legalidade tributária e a taxa para expedição da anotação de responsabilidade técnica (ART). Considerações do tribunal sobre gradações da legalidade tributária conforme as espécies tributárias	392
2.3	Irretroatividade	394
2.4	Anterioridade	395
2.4.1	Da anualidade ou exigência de autorização orçamentária anual (CF de 1946, Carta de 1967) para o regime da anterioridade da lei tributária (EC nº 1/69, Constituição de 1988).....	395
2.4.2	Anterioridade tributária como garantia individual e cláusula pétrea	396
2.4.3	Anterioridade e medidas provisórias	397
2.4.4	Os atuais regimes jurídicos quanto à anterioridade tributária	399
2.4.5	Anterioridade, irretroatividade e a sombria – e persistente – Súmula nº 584 do STF	400
2.4.6	Anterioridade tributária e o que se deve entender por data de publicação da lei – O caso da Lei nº 8.383/1991 e da MP nº 812/1994.....	405
2.4.7	Anterioridade e medidas de prorrogação da vigência de tributos temporários.....	405
2.4.8	Anterioridade e alteração da data do vencimento da obrigação tributária	407
2.5	Igualdade e capacidade econômica.....	408
2.5.1	Tratamento do tema da igualdade tributária na Constituição de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	409
2.5.1.1	Alíquotas agravadas de contribuições sociais para as instituições financeiras	413
2.5.1.2	Tratamento tributário mais gravoso de sociedades de economia mista e empresas públicas em relação a empresas concorrentes do setor privado	414

2.5.1.3	Parcelamentos e vedação de inclusão de valores depositados em juízo	415
2.5.2	Tratamento do tema da capacidade econômica na Constituição de 1988.....	415
2.5.2.1	A tarefa de dar efetividade ao princípio da capacidade econômica e o acesso da fiscalização tributária a informações bancárias do contribuinte	417
2.5.3	Jurisprudência do STF sobre capacidade econômica e progressividade de alíquotas	420
2.5.3.1	IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel: RE nº 153.771 (1996), Súmula STF nº 668 (2010) e RE nº 602.347 (2016)	420
2.5.3.2	IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel após a EC nº 29/2000: RE nº 423.768 (2010)	423
2.5.3.3	Impostos reais e progressividade fiscal: a alteração jurisprudencial manifestada no RE nº 562.045 (2013)	424
2.5.3.4	Progressividade de alíquotas do imposto territorial rural	425
2.5.4	Capacidade econômica e taxas	426
2.5.5	Capacidade econômica e capacidade contributiva.....	427
2.5.6	Capacidade econômica e imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) na jurisprudência do STF (RE nº 388.312 e RE nº 614.406).....	427
2.6	Vedação de utilização de tributo com efeito de confisco	430
2.7	Vedação de tributos interestaduais e intermunicipais que limitem o tráfego de pessoas ou bens no território nacional	433
2.7.1	O pedágio e a jurisprudência do STF.....	434
2.8	Imunidades.....	435
2.8.1	Imunidade recíproca	436
2.8.1.1	Imunidade recíproca e impostos indiretos	439
2.8.1.2	Sentido de “patrimônio, renda e serviços” na jurisprudência do STF.....	439
2.8.1.3	Imunidade recíproca, empresas públicas e sociedades de economia mista	440
2.8.1.4	Alteração da jurisprudência do STF sobre o âmbito da imunidade recíproca e a sujeição passiva no IPTU – REs nº 434.251, 601.720 e 594.015.....	443
2.8.1.5	Imunidade recíproca e responsabilidade tributária	444
2.8.1.6	Imunidade recíproca e serviços de cartórios	445
2.8.2	Imunidade dos templos de qualquer culto.....	445
2.8.2.1	Cemitérios e imunidade dos templos	447
2.8.2.2	Imunidade dos templos e maçonaria.....	448
2.8.3	Imunidade (patrimônio, renda ou serviços) dos partidos políticos (incluindo suas fundações), entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.....	449
2.8.3.1	Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos – Os “requisitos da lei” (art. 150, VI, “c” da Constituição) e o alcance da reserva de lei complementar.....	450
2.8.3.2	Imunidade, quanto ao ICMS, da venda de mercadorias pelas instituições mencionadas no art. 150, VI, “c”, da Constituição. A questão da repercussão do ônus tributário.....	453
2.8.3.3	Imóveis das instituições do art. 150, VI, “c”, da Constituição alugados a terceiros. Súmula nº 724 do STF	454

2.8.3.4	Imunidade de entidades fechadas de previdência privada. Súmula nº 730 do STF	454
2.8.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão..	456
2.8.4.1	Súmula nº 657 – Os insumos das editoras e empresas jornalísticas e a imunidade dos livros, jornais e periódicos	458
2.8.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais brasileiros	460
2.8.6	Imunidade do art. 195, §7º, da Constituição.....	461
2.8.7	Outras imunidades.....	463
2.9	A norma do art. 150, §5º, da Constituição e a exigência de medidas de esclarecimento dos contribuintes sobre a imposição indireta.....	466
2.10	A norma do art. 150, §7º, da Constituição e a substituição tributária progressiva .	468
2.10.1	O controverso problema da “imediate e preferencial restituição da quantia paga” no mecanismo da substituição tributária progressiva.....	469
2.11	Vedações à União previstas no art. 151 da Constituição.....	472
2.11.1	Proibição das isenções heterônomas e o caso dos tratados internacionais	473
2.12	Vedação aos entes estaduais e locais de discriminação tributária em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	475
2.13	Sanções políticas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	477
2.13.1	Súmulas nºs 70 e 323: interdição de estabelecimento e apreensão de mercadorias como meios indiretos de cobrança de tributos.....	478
2.13.2	Súmula nº 547: restrições quanto a atos da vida empresarial/profissional usadas como meio indireto de cobrança de tributos	479
2.13.3	Sanções políticas e submissão de contribuintes do ICMS a regimes especiais de cobrança e fiscalização	481
2.13.4	Sanções políticas e cancelamento do registro especial de fabricantes de cigarro por inadimplência tributária.....	483
2.13.5	Protesto de certidões de dívidas tributárias e sanção política	488
2.13.6	Exclusão por inadimplência do regime do Simples Nacional e sanção política	489
2.13.7	Licenciamento anual de veículos automotores, exigência de regularidade fiscal e sanção política	490
2.13.8	Legislação desportiva, regularidade fiscal como “critério técnico” de participação em competições e sanção política	491
2.13.9	Conclusão.....	492

TÍTULO III NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 1

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	497
1.1 Fontes formais do direito tributário.....	497
1.2 Regulamentação da reserva de lei em matéria tributária – Art. 97 do CTN.....	499
1.3 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais para evitar a dupla tributação da renda e do capital.....	501
1.3.1 Noções introdutórias sobre o direito dos tratados	501

1.3.2	Os tratados internacionais e sua relação com o direito interno – Jurisprudência tradicional do STF e sua recente alteração.....	503
1.3.3	A EC nº 45/2004 e a alteração da jurisprudência do STF no que diz respeito ao status hierárquico dos tratados internacionais.....	506
1.3.4	O art. 98 do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF	508
1.4	Normas complementares e proteção da confiança do contribuinte.....	510
1.5	Vigência e aplicação da legislação tributária	511
1.5.1	Aplicação imediata da legislação a fatos geradores futuros e pendentes – A regra do art. 105 do CTN e suas possíveis compreensões	512
1.5.2	Aplicação retroativa da lei sancionadora mais benigna (art. 106, II, do CTN).....	513
1.5.3	Aplicação retroativa de lei expressamente interpretativa (art. 106, I, do CTN) e o caso da LC nº 118/2005.....	514
1.6	Interpretação e integração do direito e da legislação tributária	519
1.6.1	Em que consiste o ato de interpretar e aplicar o direito?.....	519
1.6.2	O direito tributário deve ser interpretado como qualquer outro ramo do direito?	523
1.6.3	Análise das normas do CTN sobre interpretação e integração do direito tributário – Arts. 108 a 112.....	524
1.6.3.1	Art. 108	524
1.6.3.2	Art. 109	527
1.6.3.3	Art. 110	529
1.6.3.3.1	O conceito constitucional de “serviço de qualquer natureza”, o art. 110 do CTN e a jurisprudência do STF	531
1.6.3.4	Art. 111	534
1.6.3.5	Art. 112	536

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA		537
2.1	Obrigação tributária	537
2.2	Fato gerador da obrigação tributária	538
2.2.1	Modalidades de fato gerador	538
2.2.2	Dissimulação da ocorrência do fato gerador – A norma do art. 116, parágrafo único, do CTN e o combate aos planejamentos tributários abusivos no direito brasileiro.....	539
2.2.2.1	Os conceitos de elisão, evasão e elusão tributária.....	539
2.2.2.2	Elusão tributária, normas gerais, fraude à lei e abuso do direito	541
2.2.2.3	Breve síntese sobre a evolução histórica do combate à elusão tributária no Brasil – Do Anteprojeto de Código Tributário Nacional à LC nº 104/2001	542
2.2.2.4	O conceito amplo e causalista de simulação como a efetiva norma geral antielusão em vigor no ordenamento brasileiro	547
2.2.2.5	Conclusão.....	549
2.2.3	Fato gerador da obrigação tributária e atos ilícitos	549
2.3	Sujeição ativa	550
2.4	Sujeição passiva – Contribuinte e responsável.....	551
2.4.1	Sujeição passiva direta	552

2.4.1.1	Contribuinte	553
2.4.1.2	Responsável por substituição.....	553
2.4.2	Sujeição passiva indireta.....	555
2.4.2.1	Responsabilidade dos sucessores.....	556
2.4.2.2	Responsabilidade de terceiros	560
2.4.2.3	O art. 135 do Código Tributário Nacional e sua interpretação/aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça	561
2.4.3	Convenções particulares e sujeição passiva.....	566
2.4.4	Capacidade tributária	566
2.4.5	Domicílio tributário do sujeito passivo	567
2.5	Solidariedade.....	567
2.6	Responsabilidade por infração	570
2.6.1	Exclusão da responsabilidade – Denúncia espontânea e seus efeitos	571

CAPÍTULO 3

CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	575	
3.1	Constituição do crédito tributário – A figura do lançamento	576
3.1.1	Antecipação do pagamento e lançamento por homologação	578
3.1.2	Formalização do crédito tributário pelo próprio contribuinte.....	579
3.1.3	Outros aspectos do lançamento.....	580
3.1.4	Revisão/alteração do lançamento.....	581
3.1.4.1	Alteração do critério jurídico do lançamento.....	582
3.2	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	584
3.2.1	Moratória	585
3.2.2	Depósito do montante integral.....	586
3.2.3	Reclamações e recursos administrativos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.....	587
3.2.4	Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em ações judiciais.....	588
3.2.5	Parcelamento	589
3.3	Extinção do crédito tributário.....	590
3.3.1	Pagamento	591
3.3.1.1	Consignação em pagamento	594
3.3.1.2	Pagamento indevido e a sua restituição.....	595
3.3.1.2.1	Restituição de tributos indiretos.....	597
3.3.1.2.2	Prazo para pleitear a devolução do indébito.....	598
3.3.2	Compensação	600
3.3.3	Transação	603
3.3.4	Remissão	604
3.3.5	Decadência e prescrição.....	605
3.3.6	Outras hipóteses de extinção do crédito tributário	610
3.4	Exclusão do crédito tributário.....	610
3.4.1	Isenção.....	610

3.4.2	Anistia	617
3.5	Garantias do crédito tributário	618
3.5.1	Preeminências	619
3.5.2	Criação de garantias específicas	621

CAPÍTULO 4

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		623
4.1	Fiscalização	623
4.2	Dívida ativa	634
4.3	Certidões negativas	641
4.4	<i>Compliance</i> tributário	646
4.5	Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	648

REFERÊNCIAS.....		651
------------------	--	-----